



ALFABETIZAÇÃO E ENSINO REMOTO: a perspectiva de um trabalho híbrido e de formação do professor alfabetizador

Elizabeth Jesus Romeu Garcia¹

Ilsa do Carmo Vieira Goulart²

Giovanna Rodrigues Cabral³

Eixo temático: Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectiva

Resumo: Com a mudança de cenário devido a pandemia causada pela Covid 19, as escolas do mundo todo tiveram suas aulas presenciais suspensas. Professores tiveram que adequar sua prática pedagógica diante de um contexto novo e ao mesmo tempo desconhecido. Diante disso, este texto tem por objetivo apresentar parte das discussões teóricas a respeito do ensino remoto e ensino híbrido, desenvolvidas em uma pesquisa mais ampla, que busca analisar a proposta de ensino híbrido na prática do professor alfabetizador implementada em uma rede municipal de ensino, com intuito de verificar como esta proposta impactou o fazer docente durante a pandemia da Covid 19. A pesquisa mais ampla conta com apoio da Fapemig⁴. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de cunho qualitativo, com a um aplicação de questionário e realização de entrevistas semiestruturadas com professoras alfabetizadoras, que atuaram nos anos iniciais do ensino fundamental, durante o período remoto. A pesquisa busca fundamentação teórica nos estudos de Soares (2002) sobre alfabetização, de Tardif e Lessard (2009) sobre formação de professores. A reflexão proposta pela pesquisa está pautada na mescla entre o ensino presencial e o ensino híbrido que se apropria do mundo digital, adotando metodologias ativas para a aprendizagem dos alunos, onde a formação docente e a prática pedagógica assumem um papel crucial para que de fato

¹ Mestranda em Educação, pela PPGE-UFLA. Professora da rede municipal de Lavras, MG. Vínculo Institucional. Contato: elizabeth.garcia@estudante.ufla.br

² Doutorado em Educação. Professora do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFLA. Contato: ilsa.goulart@ufla.br

³ Doutorado em Educação. Professora do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFLA. Contato: giovanna.cabral@ufla.br

⁴ A pesquisa conta apoio da agência de fomento FAPEMIG Demanda Universal 2021-2025, APQ-02274-21 Projeto: "Formação docente e flexibilização do ensino na alfabetização: um estudo dos impactos da inserção de recursos digitais e metodologias ativas em práticas pedagógicas".

essa aprendizagem aconteça.

Palavras-chaves: Ensino Híbrido; Alfabetização; Formação Docente;

Introdução

Com a mudança de cenário devido a pandemia causada pela Covid 19, as escolas do mundo todo tiveram suas aulas presenciais suspensas. Professores, agentes fundamentais no processo educacional, de um momento para outro, tiveram que adequar sua prática pedagógica diante de um contexto novo e ao mesmo tempo desconhecido.

Com essa suspensão ocorrida a partir de março de 2020 em todo território nacional, tanto o governo estadual quanto o municipal, tiveram que desenvolver estratégias para que a retomada das aulas acontecesse de forma remota.

Assim, em Minas Gerais, em meados de maio deu-se início ao ensino remoto, onde num cenário de incertezas e de novidades, revelou-se um período também de adaptação ao isolamento social imposto. Famílias e professores tiveram que, de uma hora para outra, adaptar-se as novas exigências desse novo formato de ensino que se instalava, incluindo nesse contexto o trabalho remoto com base nas tecnologias digitais e no acesso a internet.

Desenvolver novas estratégias para enfrentar os novos desafios da educação na atualidade, causado não só pelo reflexo da pandemia, mas também pelo avanço da sociedade em constantes transformações, com inúmeros conflitos, sejam internos ou externos, torna-se condição primordial do professor alfabetizador.

Nessa direção, este trabalho tem por objetivo apresentar parte das discussões teóricas a respeito do ensino remoto e ensino híbrido, desenvolvidas em uma pesquisa mais ampla, que busca analisar a proposta de ensino híbrido na prática do professor alfabetizador implementada em uma rede municipal de ensino, com intuito de verificar como esta proposta impactou o fazer docente durante a pandemia da Covid 19.

2 O ensino remoto e a formação do professor alfabetizador

A pandemia causada pela Covid 19 impactou de forma considerável o cotidiano das instituições educacionais em todo o mundo: hábitos alusivos à cultura de todos os países foram modificados devido ao surto do novo coronavírus (Covid-19), com isso o mundo presenciou “uma nova forma de comportamento social, com a Pedagogia Pandêmica, as formas de se relacionar, de consumir, as estratégias de trabalhos e, sobretudo, o trabalho docente foram impactados” (BARRETO; ROCHA, 2020, p. 02).

Neste sentido, os gestores não tiveram outra opção a não ser suspender as atividades

que envolviam aglomeração de pessoas, dentre elas podemos destacar com um olhar especial, as aulas presenciais.

Assim, estudantes do mundo todo ficaram sem frequentar seus ambientes educacionais de maneira globalizada, mobilizando ações envolvendo os conselhos educacionais, gestores, pais e discentes, trazendo à tona uma demanda na busca de novas estratégias e políticas públicas emergenciais para enfrentar a suspensão das aulas presenciais.

Diante dessa nova realidade que ora se instalou, países iniciaram a implantação através de sistemas de ensino diversos a fim de amenizar os impactos causados pela pandemia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois com a diversidade e desigualdade educacional existente em cada país. Desse modo, vivencia-se a intensificação de problemas já existentes no âmbito educacional, tais como: evasão escolar, desigualdade socioeconômica e defasagem no ensino-aprendizagem. Mediante tal contexto, a criação, a curto prazo, de um sistema de ensino capaz de dar continuidade no processo escolar fez-se necessário e urgente.

No Brasil, a maioria dos estados optaram por adotar o ensino remoto emergencial como forma de amenizar esse obstáculo de saúde pública (SILVA; GOULART; CABRAL, 2021). Desta forma, a tecnologia tornou-se uma importante aliada e instrumento determinante de transformações, porém, por outra perspectiva aumentaria as desigualdades sociais de forma bastante considerável (BARRETO; ROCHA, 2020).

As novas tecnologias e o aumento da informação levam a uma nova reorganização de trabalho, em que se faz necessário a necessidade de especialização dos saberes; a colaboração transdisciplinar e interdisciplinar; o fácil acesso à informação e a consideração do conhecimento como um valor imprescindível, de utilidade na vida social e conseqüentemente econômica. Nesse contexto, um novo modelo está surgindo na educação e o papel do professor, frente às novas tecnologias, será visto de forma diferente daqui para frente. Com as novas tecnologias pode-se desenvolver um conjunto de atividades com uma visão didático-pedagógica mais reflexiva e elaborada, como ambientes de aprendizagem voltados para a atividades reais e práticas, na promoção da interação social e no desenvolvimento de uma prática de colaboração e de autonomia nos alunos.

A formação de professores sinaliza para uma reorganização curricular inovadora que, ao ultrapassar os muros tradicionais de organização curricular existentes, estabelece novas relações entre a teoria e a prática pedagógica, oferecendo condições para a emergência do trabalho coletivo e interdisciplinar, possibilitando a aquisição de uma competência técnica e política que permita ao professor se situar criticamente no novo espaço tecnológico, apropriando-se de todo esse conhecimento disponível.

3. O letramento digital e a formação docente

Em casos como a realidade vivenciada pela Covid-19, a partir do fechamento das escolas, a compreensão e o uso prático das tecnologias digitais como recursos nos permitiram uma maior produtividade tanto nos estudos quanto no trabalho, para que a vida não parasse.

O professor diante desses novos desafios, agora precisa incorporar o computador como um instrumento a mais em suas práticas pedagógicas, levando o aluno a construir seus conhecimentos, desenvolvendo habilidades em pesquisar conteúdos em sites, plataformas digitais, selecionar informações e fazer uma análise crítica do uso dessas informações. Faz-se necessário perceber que a tecnologia traz novas formas de leitura e escrita e nesse contexto, o professor precisa não só adaptar-se a essa nova modalidade, mas se apropriar desse recurso e utilizá-lo de forma contextualizada em sua prática e conseqüentemente em seu planejamento.

Com essa nova forma de organizar as informações através das tecnologias, vislumbramos a ampliação de possibilidades não só de uso, mas de acesso, o leitor dessa nova era digital, dispõe de mais recursos e dispositivos para ler e fazer uso, do que em décadas atrás.

Em tempos de leituras digitais e de relações midiáticas, vivenciamos o aparecimento de novos espaços de escrita e novos gestos de leitura na era chamada digital, porém precisamos refletir: há de fato uma inclusão digital? Todos os professores e alunos, têm acesso à internet e equipamentos?

Nesse sentido, evidencia-se uma enorme lacuna que vem sendo nitidamente exposta, principalmente durante pandemia da Covid-19, entre aqueles que possuem acesso a essas informações e aqueles que se quer conhecem essas tecnologias e recursos e não dispõem de condições sociais e econômicas, sob essa ótica, torna-se urgente as discussões e políticas públicas mais eficazes em torno da “inclusão digital”, que seja capaz de garantir que todos tenham o direito garantido e acesso a esses recursos tecnológicos, como forma de inclusão também social.

Talvez, hoje o maior desafio imposto às escolas, aos educadores e à sociedade civil, seja a exclusão digital ou analfabetismo digital, viver numa sociedade letrada requer repensar toda a dinâmica que gira em torno desse processo de alfabetização e letramento dentro dessa esfera digital, que seja realmente significativo levando-se em conta a multiplicidade tecnológica que ora se apresenta.

Para Soares (2002, p.145) letramento digital corresponde a “um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem

práticas de leitura e de escrita no papel”.

Soares (2002) ao discutir sobre a realidade dos letramentos, trouxe como foco de seus estudos que a perspectiva desse estado e condição do leitor são modificados quando este se apropria de tecnologias tipográficas e tecnologias digitais para leitura e escrita. Em síntese, o letramento digital remete ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento no ambiente digital, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas.

4. O trabalho pedagógico em uma rede municipal e o “ensino híbrido”

Desde a veiculação através dos meios de comunicação, do surto da pandemia causada pela Covid 19, o governo municipal publicou vários decretos com orientações, restrições e medidas de prevenção contra a doença, entre eles o decreto 15.334 de 13 de março de 2020, onde antecipa as férias escolares de julho.

Nesse sentido, o ensino remoto surpreendeu a todos no início de ano letivo de 2020, chegou inesperadamente devido à pandemia causada pela Covid 19. A pandemia fez com que se interrompesse o funcionamento das escolas das redes públicas e particulares, com a substituição, das aulas presenciais por atividades remotas. Assim, nesse contexto, as redes estaduais, municipais, privadas, secretarias de educação, gestores escolares e professores buscaram possibilitar o estudo domiciliar dos alunos da educação básica, através dos meios digitais e da elaboração de cadernos de atividades impressas, no caso do município de Lavras, os chamados PAC’S (Plano de Atividades em Casa). Frente a essa realidade, fez-se fundamental pensar nas estratégias de ensino remoto, questionando de que maneira o professor assimilou tudo isso e como incorporou essa mudança em sua prática pedagógica.

As mudanças educacionais ocasionadas pela pandemia do novo Coronavírus impactaram diretamente a organização escolar, especialmente a alfabetização. Por isso, a estrutura educacional precisou ser readaptada para atender a essas demandas. Conforme o Parecer CNE/CP nº11/2020, com relação ao cumprimento da carga horária mínima de 800 horas:

[...] poderá ser feita por meio de atividades não presenciais, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições para realização de atividades escolares com a presença física de estudantes na unidade educacional da educação básica ou superior (BRASIL, 2020, p.17).

De acordo com esse documento e após a suspensão das aulas de forma presencial no ano letivo de 2020, as redes de ensino foram autorizadas a flexibilizar o cumprimento de carga horária presencial. Neste sentido, as escolas municipais (MG) reinventaram suas ações

e através do ensino remoto emergencial (ERE) e, posteriormente, o que fora denominado por: “ensino híbrido”.

Existem várias denominações para o “ensino híbrido” na literatura, todas elas mostram que ele tem origem no ensino on-line, segundo Christensen, Horn e Staker (2015, p.32):

Um dos avanços mais significativos do ensino on-line foi basear-se mais fortemente em experiências físicas, ou presenciais, para fornecer apoio e sustentação para estudantes que aprendem nessa modalidade. No começo, os programas on-line eram bem diferentes do local onde os estudantes aprendiam. Os cursos autônomos, ou independentes, funcionavam quer os estudantes estivessem aprendendo em casa, em um laboratório de informática ou na biblioteca. A localização física simplesmente não importava, desde que o aluno tivesse boa conexão de internet e disposição para uma experiência totalmente virtual.

De acordo com os autores, o “ensino híbrido” deve acontecer de modo a garantir a aprendizagem dos alunos, onde as aulas devem acontecer em momentos assíncronos, conciliando ensino remoto e presencial, independentemente do local, da internet e demais fatores externos, desde que os objetivos propostos sejam cumpridos.

Na proposta de “ensino híbrido” os alunos precisam desenvolver uma postura mais ativa, mais participativa, pois devem interagir de fato nas aulas, onde o professor se torna um mediador de todo processo ensino-aprendizagem. É importante salientar que nesse contexto, o aluno desenvolva uma autonomia para conciliar o tempo de estudo, as atividades e a participação nas aulas. E onde entra esse modelo de ensino?

Segundo Christensen; Horn e Staker (2013), o ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de monitoramento do estudante com relação ao tempo, forma de estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência. O híbrido é, portanto, uma metodologia ativa que concilia atividade *on-line* e *off-line*, considerando o estudante o centro do processo.

Por sua vez, Anjos, Chagas e Souza (2019, p.60): “reforçam que o ensino híbrido é uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação”.

Porém, o ensino não ficou restrito ao ensino híbrido, além das tecnologias, a rede Municipal de Lavras elaborou material impresso, os Cadernos de Atividades em Casa (PACs), de modo a contornar desafios como isolamento social, acesso à internet pelas famílias, desigualdades sociais, necessidade de aprendizagem das crianças e as dificuldades dos pais. Utilizando como ferramenta a internet, os conteúdos inicialmente foram disponibilizados por meio de grupos utilizando o aplicativo *WhatsApp* e cadernos de atividades de maneira on-line.

6 Considerações Finais

A pandemia evidenciou as fragilidades da formação docente e ressaltou as características da precarização do trabalho, uma vez que a grande maioria dos professores apresentam dificuldades em lidar com recursos tecnológicos. Com esse cenário que surgiu, os docentes que não aceitavam o trabalho online, de repente se viram forçados a realizá-lo. Muitos descobriram que são analfabetos funcionais digitais, o que tem provocado angústia e tensão, visto que sem nenhum preparo as instituições de ensino passaram a exigir do professor habilidades com os recursos tecnológicos presentes.

O docente não nasce professor, mas se constitui ao longo de sua trajetória profissional que, para além da formação acadêmica, encontra nas ações do contexto escolar, nas ações formativas em serviço, nas trocas entre pares, as motivações e os saberes que edificam o fazer docente. Cabe destacar que o constituir-se professor alfabetizador insere-se num processo complexo que se desenvolve num movimento contínuo de busca por aprimoramento da prática pedagógica e de transformação do fazer docente.

O trabalho docente na alfabetização requer ações primordiais, demanda troca entre colegas, isso porque o fazer docente demanda um trabalho de relações interpessoais entre pessoas “capazes de iniciativa agraciados de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação de professores durante suas trajetórias “, conforme Tardif e Lessard (2009, p. 35). Assim, consideramos que compreender e apoiar o trabalho do professor alfabetizador como ações relevantes para que as transformações do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita sejam asseguradas na instituição escolar.

Nesse sentido, entendemos que o fazer docente durante o ensino remoto e híbrido, passaram por mudanças, o que impactou a reorganização de ações formativas, de saberes consolidados, de superação de limites, principalmente, em relação ao planejamento e à aplicabilidade de propostas de alfabetização mediadas pelas tecnologias. Nesse contexto de mudanças no trabalho docente é que podemos refletir sobre as transformações, adaptações necessárias e soluções emergenciais que afetam a categoria, sobretudo no momento histórico atual, em que a educação sofre tantas mudanças.

Referências

ANJOS, Rita de Cassia Araújo Abrantes do; CHAGAS, Alisson Moura; SOUZA, Thamara Maria. Ensino híbrido: Alternativa de personalização da aprendizagem. **Revista Com Censo**, v. 6, n.1, p. 59-66, mar., 2019.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. COVID 19 e educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-11, 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº11, de 07 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. **Diário Oficial da União**, Brasília, edição 147, seção 1, p.5703, ago. 2020.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, H. **Ensino híbrido**: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Trad. Fundação Lemann e Instituto Península. 2013.

SILVA, J.; GOULART, I. do C. V.; CABRAL, G. R. Ensino remoto na educação superior: impactos na formação inicial docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 407-423, 2021.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria para a docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. 5. Ed. Petrópolis, Vozes, 2009.